

**HABEAS CORPUS Nº 569.930 - PE (2020/0077775-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
ETIENE VIEIRA GONÇALVES  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal do Estado de Pernambuco.

Narra a impetrante que o paciente é acusado pela prática do crime de estelionato e encontra-se preso por 4 anos. Sustenta que a prisão cautelar está sendo mais gravosa que se fosse sentenciado à pena máxima, uma vez que já teria progredido para regime menos gravoso.

Assevera que o paciente já teria direito ao indulto do decreto presidencial de 2017, visto que acusado por crime sem grave ameaça. Aduz, ainda, o risco de contaminação pela COVID-19.

A impetrante requer a concessão da ordem liminar a fim de que defira ao paciente o competente alvará de soltura para que ele possa recorrer em liberdade da sentença condenatória.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF.

# Superior Tribunal de Justiça

FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente